

Trabalho Situação laboral na Europa continua a agravar-se

Mais de 30% dos jovens portugueses com menos de 25 anos no desemprego

Portugal soma a terceira taxa mais alta de desemprego entre os jovens na UE. Com a precariedade a tornar-se modo de vida, especialistas admitem ruptura social

Natália Faria

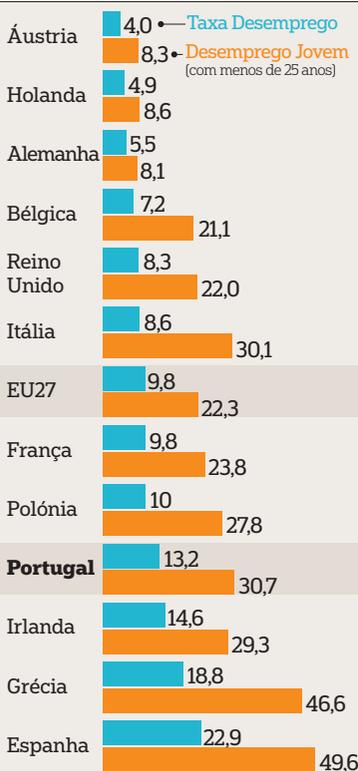
Portugal tem, logo a seguir à Espanha e à Grécia, a taxa de desemprego jovem mais elevadas do espaço europeu: 30,7%, segundo os números do Eurostat, o organismo estatístico da União Europeia. Em Novembro, 143 mil jovens portugueses com menos de 25 anos surgiam nas estatísticas como desempregados, ameaçando ruptura social numa altura em que o desemprego em geral também registou um máximo histórico de 13,2%.

“É toda uma geração bloqueada em termos de futuro e, mais preocupante ainda, é que a precariedade, que é a antecâmara para o desemprego - bastaria lembrar que 42% dos pedidos de subsídio que mensalmente chegam aos centros de emprego ocorrem porque o contrato de trabalho não foi renovado - está a alastrar-se aos trabalhadores de todas as idades”, preocupa-se Arménio Carlos, da CGTP-IN.

Com as famílias da classe média a verem subtraído o rendimento que lhes permitia funcionar como almofada ao desemprego juvenil, a tensão social ameaça agudizar-se rapidamente, antevê também a socióloga Natália Alves. “Há uma tensão geracional latente nos jovens que não conseguem entrar no mercado de trabalho, achando nalguns casos que até têm mais competências e mais qualificações do que os da geração mais velha que lá estão. Essa tensão já se sente. Outra tensão é que os jovens que em Portugal viviam num sistema de *welfare family* vão deixar de o poder fazer, porque, com a contracção imensa dos seus rendimentos, as famílias da classe média não vão poder continuar a gerir e a almofadar o desemprego dos filhos”.

“A classe média”, acrescenta Elísio Estanque, do Centro de Estudos Sociais de Coimbra, “estava a ser fabricada muito a partir desse volumoso investimento na Educação que criou expectativas relativamente às oportunidades que a sociedade haveria de oferecer. Ora esta expectativa redundou numa enorme frustração. E, perante este deitar fora do futuro, os investimentos dos jovens estão a ser redireccionados no sentido do protesto e da indignação”, analisa o sociólogo, para concluir que, “se não houver uma mudança de paradigma, vai avolumar-se a pressão social e a

A bomba-relógio do desemprego jovem



Fonte: Eurostat

O desemprego entre os jovens é hoje um dos mais graves problemas sociais da UE. Na Espanha, em cada dois jovens com menos de 25 anos, um está no desemprego

canalização do descontentamento para o protesto”.

Resista-se à tentação de olhar para a emigração como válvula de escape ilimitada. Sê-lo-á, mas só para alguns. Até porque no cenário da Europa a 27 são muito poucos os países em que o desemprego jovem fica abaixo dos dois dígitos. “No actual contexto, essa ideia de que a emigração é a solução para os nossos jovens qualificados é uma falácia. Não é como foi para os emigrantes dos anos 60 em que a Europa estava em fase de crescimento. Hoje, a Dinamarca tem 14,9% de desemprego juvenil e a Bélgica 21,1%. Exceptuando a Holanda, a Áustria e

a Alemanha, todos os países se debatem com o mesmo problema”, sublinha Natália Alves.

Os 30,7% de desemprego entre os jovens têm uma tradução em números absolutos de 143 mil desempregados com menos de 25 anos. Isto numa Europa a 27 que soma 5,579 milhões de jovens na mesma situação. Quanto às causas, são fáceis de determinar. “Quando há contracção do emprego, recruta-se menos e isso afecta sobretudo os jovens à procura do primeiro emprego. Por outro lado, numa fortíssima recessão, os jovens são os primeiros a ser despedidos porque são tendencialmente os que estão em situação mais precária e implicam custos de despedimento menores”, aponta a professora no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

O modelo em questão

O modelo de desenvolvimento económico em Portugal continua, por outro lado, “forte e erradamente assente numa política de baixos salários e trabalho desqualificado”, acrescenta Arménio Carlos. Logo, “o tecido económico não evoluiu no sentido de poder acompanhar o aumento da oferta de mão-de-obra mais qualificada”, complementa Elísio Estanque. Soluções? “A única forma de resolver o emprego é criando emprego”, atalha Natália Alves, “e isto implica uma estratégia global de aposta no crescimento”.

Um dos caminhos a seguir, na opinião de Arménio Carlos, é reforçar o investimento público. “Se a meta de redução do défice até aos 3% até 2013 for prolongada, o Estado ganharia mais capacidade para promover o investimento público e para ajudar a dinamizar a economia”, sugere o sindicalista, para acrescentar que tal estratégia só será bem-sucedida se “o país apostar mais no sector produtivo e na produção de valor acrescentado dos produtos e serviços que vende”.

Para este representante da CGTP-IN, há uma contradição a apontar. “Não há ninguém que não diga que este modelo de baixos salários e de trabalho desqualificado e precário está ultrapassado. Mesmo assim, todas as medidas tomadas nos últimos tempos têm como pressuposto a facilitação do desemprego e o aumento da precariedade do trabalho”.

Candidatos numa Feira de Emprego para Profissionais de Saúde



Estudo do Observatório das Desigualdades

A precariedade já não é só laboral: é um modo de vida

Longe de se circunscrever à questão laboral, a precariedade está a configurar-se como um modo de vida para milhares de jovens portugueses. A ideia está contida no livro *Jovens em Transições Precárias - Trabalho, Precariedade e Futuro*, acabado de chegar às livrarias, que resulta de um estudo coordenado pelo investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia Nuno de Almeida Alves junto de 80 jovens trabalhadores inseridos em trabalhos pouco qualificados e de baixa remuneração de Lisboa, Setúbal, Porto e Guimarães.

Numa leitura feita por oposição aos jovens licenciados que, amarrados a trabalhos periclitantes e mal remunerados, mediatizaram

as suas reivindicações por via de movimentos como os *Fartos d'Estes Recibos Verdes* e os *Precários Inflexíveis*, o que começa por distinguir os 80 jovens entrevistados, com idades entre os 18 e os 34 anos, é “o menor grau de percepção da precariedade em que se encontram, embora sintam todos os problemas que lhe estão associados”, sublinhou ao PÚBLICO Nuno de Almeida Alves.

Quanto ao resto, não há muitas diferenças a assinalar. “A precariedade transformou-se num modo de vida que se caracteriza por viver num estado limite quase permanente, por viver todos os dias com a noção de que, a qualquer momento, algo pode correr mal.” Porque a precariedade laboral acaba



PAULO PIMENTA

A segunda iniciativa legislativa de cidadãos Lei contra a Precariedade chega esta semana à AR

Natália Faria

● A proposta de lei contra a precariedade vai ser entregue esta semana à presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves. É a segunda iniciativa legislativa de cidadãos (a primeira foi promovida por arquitectos) a chegar aos deputados, desta vez impulsionada por várias associações representativas dos trabalhadores precários que se calcula serem perto de dois milhões, entre recibos verdes, contratos temporários, subcontratados, trabalhadores intermitentes, etcetera.

“É o corolário de um processo de mobilização muito grande. A recolha das assinaturas foi só o primeiro passo e nós estamos finalmente em condições de entregar a proposta, não para fazer figura, mas para lutar por ela até aos limites do possível”, adiantou ao PÚBLICO Tiago Gillot, membros dos *Precários Inflexíveis*.

Lançada em Abril, a recolha das 35 mil assinaturas necessárias para formalizar esta iniciativa legislativa de cidadãos congregou, além dos *Precários Inflexíveis*, os esforços de organizações como o *Movimento 12 de Março*, os *Fartos d’Estes Recibos Verdes* e a *Plataforma dos Intermitentes do Espectáculo e do Audiovisual* – os mesmo que, em defesa dos que vivem entre recibos verdes, contratos a curtíssimo prazo, bolsas de investigação e caixas de supermercado, mobilizaram milhares de jovens na rua a 12 de Março e depois novamente a 15 de Outubro.

Mais fiscalização

O combate aos falsos recibos verdes – uma das faces mais visíveis da precariedade laboral – é um dos pontos fortes desta iniciativa de cidadãos. A ideia é obrigar a uma efectiva fiscalização da Autoridade para as Condições do Trabalho que fica obrigada a comunicar ao tribunal de trabalho qualquer situação de falsos recibos verdes, cabendo a este iniciar o pro-

cesso para o reconhecimento da relação de trabalho.

Quanto aos contratos a termo, o objectivo é que só possam ser renovados até três vezes, não podendo exceder os 18 meses no total das renovações. Quando assim for, é automaticamente convertido em contrato sem termo.

Esta proposta choca de frente com a anunciada intenção governamental de possibilitar que os contratos a prazo possam ser alargados por mais 18 meses, além dos actuais três anos. Uma medida que, para Tiago Gillot, “representa um retrocesso de décadas e um alargamento da precariedade ao conjunto dos trabalhadores”.

No referente ao trabalho temporário, propõe-se que as empresas que recorram a um trabalhador por esta via por períodos superiores a um

18

Os subscritores da iniciativa defendem que os contratos a termo tenham um prazo máximo de 18 meses

ano fiquem obrigadas à celebração de contrato de trabalho “desde que tal corresponda à vontade do trabalhador e sempre em condições iguais ou mais favoráveis do que aquelas em que é prestada a actividade”.

Os trabalhadores temporários que em dois anos acumulem no máximo 20 meses de descontos sucessivos para uma mesma empresa ou para empresas do mesmo grupo devem igualmente ver a sua relação de trabalho formalizada por via de um contrato de trabalho.

Consciente de que PSD e CDS-PP detêm a maioria no Parlamento, Tiago Gillot mostra-se mesmo assim confiante nos resultados desta iniciativa legislativa de cidadãos. “A proposta é séria, pensada e exequível, não vamos aceitar que nos digam outra vez que a precariedade é inevitável.”

RUI GAUDÊNCIO



As iniciativa é da organização das manifestações de 12 de Março

assim por contaminar todas as dimensões da vida, redundando numa total incapacidade de planear o futuro, este sociólogo defende que o Estado tem de “contribuir activamente para a regularização contratual destes jovens”, sob pena de estar a condenar o desenvolvimento do país. “A falta de previsibilidade do futuro – coisa que há uns anos estava adquirida – impede estes jovens de darem passos em frente: de avançarem para a autonomia residencial, de gerarem um agregado familiar próprio...”

Entre estes trabalhadores pouco qualificados, cujas remunerações não atingem em nenhum caso os 700 euros, a descrença no país foi denominador comum a quase todas as entrevistas, conduzidas no segundo semestre de 2010.

Tivessem sido feitas já em 2011 e essa descrença seria “ainda mais aguda”, acredita o sociólogo. “Ouvimos muito a ideia de que o futuro não passa por aqui, de que a permanência em Portugal não garante nada.”

O cenário só não atingiu ainda o ponto de ruptura por causa daquilo a que os investigadores se referem como a reconfiguração na sociedade portuguesa da família-providência. “É a família a substituir-se ao Estado, porque estes jovens por si só não conseguem fazer face às despesas, mas o que vimos foi uma relação recíproca em que a ajuda tanto surge dos ascendentes como dos descendentes, já não é aquela coisa de os pais ajudarem os filhos que se via muito nos contextos mais rurais.” **N.F.**

